



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Educação e política social**

**O lócus da educação superior brasileira e o Serviço Social**

**Luciana da Costa Freitas**  
**Karine Barbieri Cupello**

**Resumo:** Este trabalho analisa as condicionalidades econômicas e sociais para a educação superior, elaboradas pelo Consenso de Washington para os países latino-americanos e suas consequências na formação do profissional em Serviço Social. Divulgadas e monitoradas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), constituem-na na diretriz-mestra para a Reforma Universitária brasileira. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica. Conclui que na atual dinâmica política e financeira, as reformas na educação superior exercem um controle ideológico e político sobre os países periféricos a fim de garantir uma formação superior voltada para a perpetuação da lógica neoliberal.

**Palavras-chave:** Organismos multilaterais. Neoliberalismo. Reforma Educacional. Serviço Social. Brasil.

**Abstract:** This paper analyzes the economic and social conditions on higher education, elaborately by the Washington Consensus for Latin American countries. Disclosed and monitored by the World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF), composing the master guideline for the Brazilian university reform. To that end, we undertook a literature, documentary and newspaper research. Concludes that the current financial and political dynamics, reforms in higher education exert an ideological and political control over the peripheral countries to ensure the safety and constant influence of globalized capitalism, beyond maintaining the subordination of these countries.

**Keywords:** Multilateral organizations. Neoliberalism. Educational Reform. Social Service. Brazil.

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste trabalho analisamos a lógica que vem se materializando na política educacional no Brasil principalmente no que tange ao ensino superior e a influencia dos organismos internacionais no aprofundamento do processo de privatização e mercantilização em curso neste nível de ensino. O período estudado neste trabalho tem início na década de 1990, quando no Estado Brasileiro se principia um processo de contrarreformas neoliberais ou também chamadas de “reformas orientadas para o mercado”, com um dispêndio especial para as privatizações, na tentativa de desprezar as recentes conquistas da Constituição Federal de 1988.

A contrarreforma do Estado Brasileiro substancializa um processo de intensa transformação para uma melhor adaptação a lógica do capital neoliberal sob o argumento de crise fiscal do Estado. A alegação tanto fora como dentro do país era a de que não havia outra possibilidade para a saída desta crise que não fosse a de abrir mão de um

projeto de nação independente e se submeter em diversas instancias “às instituições de poder internacionais”. Esta foi uma opção política e estratégica da burguesia nacional e não uma imposição de fora para dentro do país, como muitos acreditam.

O objetivo geral da pesquisa é debater a lógica que está por trás da política social de educação superior como parte de um processo muito mais amplo de respostas as expressões da “questão social” em um cenário de aprofundamento das contradições do estágio monopolista do capitalismo mundial. A relevância deste estudo consiste na explicação do *locus* de subalternidade do Brasil às condicionalidades dos organismos internacionais que influenciam diretamente no trato às expressões da “questão social” e conseqüentemente às formulações das políticas sociais de educação, submetendo o ensino superior a uma refuncionalização de seu papel social. Para a realização deste estudo recorreremos a um resgate bibliográfico, hemerográfico e documental que abarcou a análise do contexto em que se insere o Consenso de Washington e seus rebatimentos nas economias latino-americanas analisadas por Pereira (1995), Batista (1994), Fiori (1996). Além disso, examinamos o papel que as contrarreformas do Estado exercem sobre a educação superior brasileira e sua submissão às leis do mercado, dando destaque aos principais desdobramentos desse processo para a formação profissional em Serviço Social debatidas por Behring (2003), Gurgel (2003), Leher (2002), Sguissardi (2000) e Netto (1992).

Compreendemos que o atual estágio do capitalismo mundializado influencia estrategicamente os rumos da educação superior brasileira e o processo de mercantilização/privatização neste nível de ensino, que a cada dia se torna mais visceral. As conseqüências desse processo transformam a educação superior em mais um mercado capitalista a ser explorado cabalmente, tanto no interior das universidades públicas como na ampliação como no alastramento das instituições privadas de ensino, ambos sob a mesma lógica neoliberal. Esta exploração, que transforma o conhecimento e o ensino em meras mercadorias trazem sérias conseqüências para a formação de profissionais em serviço social que acabam perpetuando a lógica neoliberal e a legitimando.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O processo de mudanças que a educação superior brasileira vem passando tem que ser caracterizado no interior de um movimento muito mais amplo de transformações na economia (no processo de produção) e na reconfiguração do Estado. Essas mudanças

são fruto do processo de passagem do regime de acumulação taylorista/fordista para o modelo de acumulação flexível, com a mundialização do capital e a diminuição do papel do Estado como financiador das políticas públicas.

Essa é a linha de raciocínio da lógica neoliberal: alega que todos os setores sociais devem ser regidos pelas leis do mercado e que cabe ao Estado apenas gerir as políticas sociais e controlar os gastos públicos.

O projeto neoliberal só começa a se tornar realidade para os países latino-americanos, de forma diferente em cada país, a partir da reunião, conhecida como Consenso de Washington. Com base nesta reunião elabora-se uma série de medidas e políticas que deveriam ser incorporadas pelos países periféricos e que modificariam suas bases econômicas, políticas e sociais. Veremos como esse processo se deu no que tange a mercantilização do ensino superior nesses países, em especial o Brasil.

Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington não tratou diretamente questões como educação, saúde, distribuição de renda, e eliminação da pobreza. Na verdade, o que os organismos internacionais defendiam e alardeavam é que as reformas sociais, tal e qual as políticas, decorreriam “naturalmente” da liberalização econômica proposta no Consenso de Washington.

Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente autorregulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. (BATISTA, 1994, p.11)

Ou seja, os organismos internacionais defendiam que a implementação dos preceitos elaborados em Washington, entre eles a liberalização econômica, acarretaria espontaneamente na necessidade de reformas sociais, o que levaria a diminuição da pobreza e da desigualdade social no país.

Porém, não foi isso que aconteceu, pelo contrário foi impossível ignorar o alastramento da miséria na América Latina economicamente liberalizada. De acordo com Cardoso Jr. (2009, p.28), desde os anos de 1980, quando teve início a implementação dos “Programas de Ajuste Estrutural nos países periféricos e dependentes, tem-se observado que a condição socioeconômica destes países, longe de apresentar melhorias, tem se tornado muito pior do que antes”, deteriorando drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora.

Neste momento, torna-se perceptível a contradição do discurso do BM/FMI com a prática, já que a liberalização dos mercados e da economia trouxe uma degradação ainda maior das condições de vida da população desses países periféricos.

A partir da leitura de autores como Gurgel (2007), Leher (2002), Lima (2003), Gomes (2003) e Fiori (1996), podemos afirmar que os organismos internacionais tinham amplo conhecimento das especificidades de cada país latino-americano, e sabiam também que a pobreza e a desigualdade eram traços marcantes destas economias. De fato, houve retificações quanto ao que se discutiu no Consenso de Washington, mas não se modificou o cunho economicista das propostas de reformas aos países periféricos presentes no Programa de Ajuste Estrutural elaborado a partir do Consenso.

O Programa de Ajuste Estrutural representa o resultado da incorporação de novos elementos na política internacional diante da verificação de alguns fracassos de suas propostas para a América Latina, como por exemplo, o aumento dos níveis de miséria nesses países.

Foram incorporados alguns fundamentos de natureza política e social aos de ordem puramente econômica. É importante ficar claro que as políticas de ajuste estrutural continuam, segundo Cardozo (2005), tendo um impacto negativo na distribuição de renda e riquezas, conseqüentemente no emprego e nos salários, na miséria, e na provisão de serviços públicos. Esses impactos negativos foram, inclusive, imputados pelos organismos internacionais em consonância com o projeto neoliberal, ao Estado que por ser, segundo estes, ineficiente e perdulário, não tinha competência para administrar o setor público.

Havia uma preocupação, por parte dos organismos multilaterais em diminuir os graus mais gritantes da desigualdade, a fim de prevenir o que Cardozo (2005) chama de “situações politicamente críticas”.

[...] tendo em vista que a estabilidade dos ajustamentos estará seriamente comprometida, se os desequilíbrios não forem eliminados, antes mesmo de serem transformados em desequilíbrios políticos. Portanto, as reformas estruturais aparecem como uma condição fundamental para a governabilidade, assim como a governabilidade passaria a depender das reformas. (*Ibid.*, *Op. cit.*, p.4)

Como o trecho supracitado afirma, as condicionalidades revestidas de ajustes estruturais, formuladas em Washington, só poderiam alcançar sucesso se houvesse uma situação política favorável para os negócios. Era necessário eliminar qualquer

“desequilíbrio” para que se desenvolvessem as reformas estruturais que por sua vez deveriam garantir condições estáveis de governabilidade.

As políticas e medidas formuladas no Consenso de Washington proporcionaram uma ampliação nos espaços de atuação do BM e do FMI, pois essas instituições tinham como uma de suas funções a divulgação e o monitoramento das políticas sociais. Ficou claro que para levar a cabo o programa de “estabilização” e a reforma econômica, era necessário a intervenção em outros setores, a exemplo da Educação, tanto no que se refere a preocupação com o papel ideológico e político que esta cumpre, como veremos posteriormente, como também a mercantilização desse setor, com a criação e ampliação de um mercado privado de ensino cada vez maior.

É importante ressaltarmos que a educação assume um espaço prioritário na agenda dos organismos internacionais. O BM e o FMI elaboram orientações voltadas para as políticas educacionais dos países periféricos exatamente por entenderem que esta ocupa, como afirma Almeida (2008), um lugar central no âmbito das lutas sociais e no processo de transformação social, principalmente no capitalismo onde a educação passa a se articular organicamente com a reprodução social, passando a ser determinada por profundas contradições. São exatamente essas contradições que o BM e o FMI tentam escamotear, esvaziando a dimensão política da educação para transforma-la apenas em um perpetuador da lógica do capital<sup>1</sup>. Logo, a intervenção dos organismos internacionais nas políticas educacionais dos países periféricos cumpre funções fundamentais de controle e monitoramento.

A intervenção no setor educacional por meio do BM e FMI cumpriu uma tripla função: ao mesmo tempo em que abrandou a preocupação internacional com as ideias marxistas, que circulavam em especial no ensino superior, também transformou esse ensino em um grande mercado. Além disso, ainda isentou o Estado da função de único financiador da educação, cumprindo com isso duas das recomendações do Consenso: a de “de minimização do Estado”, e a de fortalecimento da iniciativa privada.

Nesse cenário de ajuste estrutural, e seu característico caráter de privatização através de uma degradação dos serviços públicos e cortes dos gastos sociais, de acordo com Behring (2003), a política social como um todo, incluindo, é claro, a educacional, passa a ser caracterizada por meio de um discurso ainda mais nitidamente ideológico.

---

<sup>1</sup> Almeida (2008) faz uma ponderação elementar sobre o sentido da educação, não a restringindo à sua dimensão escolarizada organizada sob a forma de política pública, mas sim como uma parte fundamental da vida social, política e cultural.

Segundo a autora, as políticas sociais são tidas como “geradoras de desequilíbrio”, paternalistas e devem ser acessadas via mercado, daí a desresponsabilização do Estado.

Todas essas medidas no ensino superior guardam íntima ligação com o que Leher (2002) chama de “par governabilidade-segurança”, dado que uma das grandes preocupações dos organismos internacionais no que tange a América Latina diz respeito a possível proliferação das ideias marxistas no sistema educacional e no pensamento econômico nessa região.

A preocupação em manter a segurança nas economias periféricas de acordo com Leher (2002) tem estreita conexão com o alastramento da miséria nessas regiões, uma vez que a situação de pobreza pode ocasionar uma revolta popular a partir do descontentamento social.

Nos documentos mais recentes do Banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, é visível a recorrência da questão da pobreza e do temor quanto à segurança: nos termos do presidente do Banco, “as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”. Em suma, a pobreza pode gerar um clima desconfortável para os negócios. (*Ibid.*, *Op. cit.*, p.26)

A apreensão em diminuir as expressões mais “perigosas” da questão social compõe um contrassenso com o próprio objetivo medular do BM, que é financiar “um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente” (SGUISSARDI 2000, p. 5). Logo, as políticas dos organismos internacionais precisam “apaziguar” as contradições próprias do desenvolvimento capitalista para manter sua dominação. A educação superior entra em cena como parte dessa manutenção do poder e influência neoliberal, tendo no ensino superior privado sua maior expressão, já que o Estado é considerado como perdulário e ineficiente esse nível de ensino assim como muitas das políticas sociais deveriam ser geridos de maneira mais eficiente, segundo BM (1995) pela iniciativa privada.

A análise apresentada por Netto (2010) nos dá elementos para compreendermos de que forma se dá esse “apaziguamento” das contradições. O autor explica como, no contexto atual, a “questão social” vem sendo tratada a partir de uma articulação entre repressão e uma assistencialização minimalista das políticas sociais direcionadas ao enfrentamento das expressões mais gritantes da questão social. O autor argumenta que a “face contemporânea da barbárie” se dá na atual fase do capitalismo, como resultado das transformações sociais desde 1970, em que esgotou-se as possibilidades civilizatórias que

Marx já havia identificado no século XIX. Este esgotamento se manifesta na barbarização que se generaliza nas formações econômicas e sociais do tardo capitalismo.

Não há como compreender esse processo sem contextualiza-lo no bojo do capitalismo monopolista, porque segundo Netto (1992) esta ordem é marcada, pela sua dinâmica e contradições, por dar condições tais que o Estado, por ela capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas. “Esses processo é todo ele tensionado não só pelas exigências da ordem monopólica mas também pelos conflitos que esta faz emanar na sociedade toda.” (NETTO, 1992)

De acordo com o Netto, são somente nessas condições que as sequelas da questão social podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado: “Só a partir da ordem monopólica (com a concretização do jogo das forças políticas) que a “questão social” se opõe como alvo de políticas sociais.” (NETTO, 1992)

Esta intervenção do Estado sobre a “questão social na ordem monopólica se dá de forma fragmentada e parcial porque toma-la como parte de uma totalidade é remete-la concretamente à relação capital/trabalho, ou seja, colocar em risco a sociabilidade burguesa. Logo, a “questão social” é atacada não em suas causas mas apenas em suas refrações. De acordo com Netto (1992), as sequelas da “questão social” são recortadas como se fossem problemáticas particulares (o desemprego, a fome) e assim enfrentadas.

A realidade da educação não está descolada da realidade das demais políticas sociais neste cenário de neoliberalismo. Ambas são estrategicamente contraditórias, como já foi dito, pois servem tanto para atender as necessidades objetivas da classe trabalhadora, a partir de suas lutas e reivindicações, como também a produção, circulação e manutenção da ordem monopólica especificamente. De acordo com Netto o mesmo tempo em que implementam medidas publicas para enfrentar as refrações da questão social

A educação superior entra em cena como parte dessa manutenção do poder e influência neoliberal, tendo no ensino superior privado sua maior expressão, já que o Estado é considerado como perdulário e ineficiente esse nível de ensino assim como muitas das políticas sociais deveriam ser geridos de maneira mais eficiente, segundo BM (1995) pela iniciativa privada.

O ensino superior privado cumpre duas funções de extrema importância no cenário de ajustes estruturais e no processo de transformação de todos os setores sociais

em mercadorias. O ensino privado tanto assegura o *status quo* da ideologia neoliberal como ideário absoluto, garantindo com isso a segurança internacional, quanto também aprofunda a proliferação das instituições privadas de ensino superior (IPES) em países latino-americanos como Argentina, Chile, Colômbia, México e Brasil<sup>2</sup>. Isso criou um mercado das instituições de ensino superior privado extremamente lucrativo e vantajoso para a burguesia nacional e internacional, já que os investimentos de alguns grupos donos dessas instituições vinham de fora do país, fazendo coro com a máxima do neoliberalismo de abertura total dos mercados nacionais aos capitais internacionais, deixando claro um dos muitos papéis exercidos pelas instituições dessa natureza.

A dupla função que o setor privado de ensino superior cumpre, em consonância com o projeto neoliberal, é uma tentativa de instaurar a lógica privatista como absoluta na sociedade, fazendo a defesa categórica da esfera privada como a única forma funcional de desenvolver o ensino superior nos países periféricos.

### **1.1 A mercantilização do ensino superior brasileiro a serviço do mercado**

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu integrado à economia internacional, subordinado aos interesses econômicos e políticos dos países centrais. Isto, segundo Leher (2002), articulado com os interesses da burguesia dominante brasileira, mantendo dessa forma as relações de dominação ideológica e econômica dentro do país. Para isso foi necessário romper com nacional-desenvolvimentismo caracterizado por Bielschowsky (apud LIMA; PRADO & VIEIRA, 2011, p. 3) como “ideologia da superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização planejada e orientada pelo Estado”. Ou seja, foi preciso superar o modelo protecionista de outrora a fim de garantir o subdesenvolvimento brasileiro para que o país pudesse se inserir na nova ordem mundial.

---

<sup>2</sup> De acordo com Dahmer & Sampaio (2000, p. 22) as décadas de 1980 e 1990 inauguraram uma nova fase para os sistemas de ensino dos países latino-americanos. “As razões desse marco podem ser alinhadas em torno de dois eixos: o primeiro refere-se à consolidação da participação ampliada do ensino superior privado. O segundo, à definição, nos diferentes países, da relação do Estado com os respectivos sistemas nacionais de ensino”. Nesse período houve em muitos países da região um crescimento negativo de matrículas no ensino público, em contrapartida a um significativo crescimento das matrículas do setor privado. Tudo isso apoiado na lógica mercantil do ensino e na ideia de ineficiência do Estado. É importante frisar em consonância com Sampaio (2011) que o ensino superior privado não teve seu início significativo nas décadas de 1980 e 1990, por mais que nesse período (entre 1985-1996) o número de Instituições privadas mais do que triplicou. No Brasil, segundo a autora a educação superior privada existe a mais de um século, sendo facultada a possibilidade de sua existência na constituição da República, em 1891, e hoje responde a 75% das matrículas.



A década de 1980 no Brasil, assim como nas demais economias latino-americanas, foi marcada pela devastadora crise da dívida que teve como resposta e saída, a entrada no país em um modelo econômico que ganhou espaço nos países centrais quando estes precisaram responder a crise de 1973. Este modelo econômico é o neoliberalismo, e seu projeto elaborado para os países devedores foi implementado pelos seus respectivos governos a partir de reformas econômicas e sociais apoiadas no Programa de Ajuste Estrutural do BM e do FMI. No Brasil isso se deu durante a década de 1990, mas não sem resistência dos movimentos dos trabalhadores.

De um lado, os mais proeminentes setores dominantes do país estavam “preparando terreno para a agenda neoliberal de primeira geração no Brasil” (LEHER, 2002 p. 35). Do outro lado o que se via era um grande ascenso da população e movimentos sociais na luta por garantia de direitos. Leite (2010) afirma que os resultantes mais visíveis da crise da dívida da década de 1980 encontram eco nos movimentos dos trabalhadores. No mesmo ano que a reunião do Consenso de Washington, reunião que contou com representantes brasileiros como Bresser Pereira e Pedro Malan, acontece, foram realizadas mais de quatro mil paralisações no Brasil (LEHER, *Op. cit.*).

Para tornar realidade as transformações propostas pelos organismos internacionais no país foi preciso preparar um sólido terreno ideológico, denominado por Mota (apud DAHMER, 2007) como a “cultura da crise”. Esta representa a ideia central defendida por Pereira (1995) quando afirma que a causa principal da crise dos anos de 1980 foi devido ao mal gerenciamento do Estado e não do processo recorrente da crise de acumulação capitalista. Ou seja, o Estado por ser ineficiente e burocrático precisaria urgentemente de profundas reformas como por exemplo a passagem para o setor privado de tarefas antes cumpridas pelo Estado, colocando a esfera privada como lócus de eficiência, rapidez e economia

A cultura da crise perpassa, pois, todas as esferas da sociedade brasileira e afirma o Estado como ineficaz para o atendimento das demandas da população. Nesta perspectiva, tudo que é comprado tem mais valor e “qualidade”. A proposta é transformar tudo em mercadoria: Saúde, Previdência Social e Educação. (DAHMER, 2007)

Ao longo da década de 1990, os governos brasileiros realizaram ativamente diversas iniciativas no campo educacional para abrir um largo caminho para o setor privado, liberalizando a área social em especial a educação superior. Em 1995, durante o governo de FHC, uma estratégica iniciativa de refuncionalização do Estado

ganha corpo com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE – 1995). Dentre as propostas do PDRE no campo educacional uma se destaca como sendo, dentre tantas outras, extremamente nociva a ideia de educação como um bem público, gratuito e de qualidade assegurada, a inserção da educação como atividade não-exclusiva do Estado, abrindo precedentes para a desresponsabilização do Estado, a sua privatização e a sua execução por instituições “não-estatais”.

O pleito eleitoral de 2002 elegeu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), como sucessor do governo Cardoso. De acordo com Leite (2010), Lula da Silva foi eleito pela esperança de 53 milhões de brasileiros para levar adiante um projeto alternativo aquele de FHC e dos organismos internacionais. Segundo Coggiola (*apud* LEITE, *Op. cit.*), Lula da Silva agraciou a população do país com um conjunto de medidas que, hoje, surpreendem até os seus formuladores originais. Lula da Silva deu continuidade às políticas neoliberais privatistas, mas com um *tom* de mudança que chegou a iludir os que acreditavam estar diante de um governo da classe trabalhadora.

Na área social, Lula da Silva coloca na ordem do dia políticas sociais pontuais, fragmentadas e descontínuas (*Ibid.*, *Op. cit.*). A política educacional, assim como as demais políticas sociais, é implementada de forma focalizada no governo Lula da Silva, voltada para finalidades específicas, como a empregabilidade e se dava com cada vez maior intervenção e influencia da lógica mercantil.

Dessa forma, rompe-se em definitivo com a ideia de educação como um direito, principalmente no que tange ao ensino superior que, como vimos anteriormente, foi o nível de ensino em que a lógica mercantil mais se fez presente, passando esta a ser reconhecida como uma mera mercadoria e seus alunos como meros clientes (CHAVES, 2010). Para consolidar esse processo de mercantilização, é necessário que o sistema de ensino superior se torne mais diversificado, flexível e sob uma lógica ainda mais privatista, visando uma expansão sem ampliação dos gastos públicos, ou seja, de forma aligeirada, comprometendo a qualidade.

A mercantilização/privatização do ensino superior brasileiro a partir da mudança da natureza jurídica e da organização acadêmica não-universitária das instituições de ensino superior, tem como um de seus objetivos a formação de profissionais que perpetuam a lógica neoliberal em seu cotidiano profissional. Isso se dá a fim de introjetar uma ideologia que legitime a retirada do Estado das políticas públicas e a inserção da

iniciativa privada em seu lugar garantindo com isso um clima favorável para os negócios da burguesia nacional e internacional no Brasil.

No tocante ao serviço social, este cenário de contrarreforma do Estado e suas severas consequências para as instituições de ensino superior o quadro de privatização tanto fora como dentro das universidades se aprofunda ainda mais. A mercantilização associou-se à estratégias de diversificação institucional. Houve um aumento vertiginoso do número de instituições privadas em Serviço Social, por serem cursos menos custosos e cumprirem um papel estratégico. Além disso, houve um crescimento considerável do número de cursos de serviço social não-universitário, ou seja sem garantia de pesquisa e extensão, o que ocasiona uma desqualificação dos profissionais formados não mais como pesquisadores e intelectuais da área. (DAHMER, 2011)

Ao que tudo indica, a mercantilização da formação de novos assistentes sociais atende, de um lado, às necessidades expansionistas do capital, e, de outro, à premência de formação do consenso entre as massas populares, o que exige a formação de intelectuais – dentre eles, o assistente social – difusores da ideologia colaboracionista sob a ótica do capital. (*Ibid. Op. Cit.*, p. 21)

No trecho supracitado podemos observar a lógica construída a partir de uma formação profissional mercantilizada dos assistentes sociais, o que trás sérias consequências se tratando de uma profissão que tem como um dos eixos fundamentais do Projeto Ético-Político profissional a garantia de uma formação de qualidade. O Projeto Ético Político da profissão, de acordo com Fiuza (2011), tem como um de seus marcos a elaboração de novas diretrizes curriculares que buscam a conformação de um perfil dotado de competência teórico-crítica e técnico-política.

Em suma, de acordo com Dahmer (2007), o movimento de mercantilização do ensino superior que atravessou a formação dos assistentes sociais brasileiros no pós-95, com uma formação em sua maioria realizada em instituições privadas e não universitárias coloca para a profissão a necessidade de entender sob que bases estamos formando os novos profissionais e quais desafios temos pela frente.

### 3 CONCLUSÃO

A análise apresentada confirmou que a lógica presente no projeto neoliberal para os países periféricos, elaborado a partir das determinações do Consenso de Washington monitoradas pelo BM e FMI, exige muito mais que uma mudança na base econômica e

política. Pleiteia, também, uma metamorfose ideológica, ou seja, para que esse projeto tenha sucesso às relações econômicas, políticas e sociais precisam reivindicar a ideologia neoliberal. Em síntese: precisam reconhecer o mercado como seu rei supremo e o Estado como de suma importância para garantir todas as condições necessárias desse reinado, possibilitando o crescimento absoluto do setor privado em detrimento ao público sob o argumento deste último ser perdulário e ineficiente. As políticas neoliberais transferem para a esfera privada, através das Organizações Sociais, por exemplo, as funções do Estado. Com isso, tanto enxugam e reduzem o Estado para o social, quanto transformam os direitos sociais em mercadoria. O acesso à educação superior é palmar como exemplo.

No Brasil na década de 1990, os esforços para derrubar as barreiras que de alguma forma impossibilitavam ou dificultavam a implementação do projeto neoliberal triunfaram, e os governos desse período colocaram em prática as reformas ampliaram a influência da intervenção do BM e do FMI no país. Mas o mais importante não é demarcarmos as diferenças e semelhanças de tais governos, e sim reconhecermos nestes a mesma lógica que tanto promove a submissão do Brasil aos países centrais, quanto gera o processo de mercantilização/privatização no país, principalmente no que tange ao ensino superior, em especial no curso de Serviço Social, objeto desta pesquisa.

Dado isso, podemos afirmar que o Serviço Social, assim como outros cursos da área de humanas, sofreu uma explosão de crescimento de suas unidades de ensino no referido período, em sua grande maioria privadas e inseridas em instituições não-universitárias. Logo, o empresariado do ensino superior começou a identificar o curso de Serviço Social como um curso lucrativo e com amplas possibilidades de ser explorado, devido ao seu baixo custo.

Percebemos que no pós-95 o processo de mercantilização da formação em Serviço Social, aponta para a erosão do projeto de formação de assistentes sociais, construído sob a direção da ABEPSS na primeira metade dos anos 1990. (DAHMER, 2007)

Não podemos, no entanto, deixar de frisar, de acordo com Dahmer (2007), que a mercantilização/privatização da formação dos futuros assistentes sociais atende, tanto às necessidades expansionistas do capital, como à premência de formação do consenso entre as massas populares, o que exige a formação de profissionais difusores da ideologia colaboracionista sob a ótica do capital.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais para a profissão.** In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais CRESS- 6ª Região (Org.). Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Textos e Artigos. Belo Horizonte: CRESS/MG, 2008. Disponível em: <[www.cress-mg.org.br/Textos/textos\\_simposio/2007.05.19\\_plenaria8\\_neyteixeira.doc](http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc)> Acesso em: 12 jun. 2014.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo en la práctica).** Washington, D.C: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1994. Disponível: <[www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4do\\_ssie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4do_ssie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)> Acesso em 22 de Junho. 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. MARE. **Plano Diretor da Reforma do Estado.** Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>> . Acesso em: 12 abr. 2013.

CARDOSO JR, J. **O Sistema Capitalista e sua Política Econômica: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em foco.** Trabalho de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 43p.

CARDOZO, M. J. Crise do capital: ajuste estrutural e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2.; 2005. **Anais...** São Luís, Maranhão: UFMA, 2005.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, n.111, p. 481-500, abr./jun.2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 1º mar. 2014.

DAHMER, P. L. Mercantilização do ensino superior e formação profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Àgora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 3, n. 6, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

\_\_\_\_\_; SAMPAIO, H. O setor privado na América latina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 7-37, jul.2000.

FIORI, J.L. **Consenso de Washington.** Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 4 de setembro de 1996. Palestra patrocinada pela Federação Brasileira de Associações de Engenheiros – FEBRAE.

GOMES, J.M. A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n.31 p. 32-49, out.2003.

GURGEL, C. **A educação entre o valor e a mercadoria. Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 39, p. 17-27, fev.2007.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 3, 2002. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/23657956/1112812656/name/Leher-Um+novo+senhor+da+educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: mar. 2014.

LEITE, J. L. “Questão Social” Políticas Sociais Brasileiras: O Governo Lula em Pauta. **Temas & Matizes**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, n.17, p. 81-95, 1º sem. 2010.

LIMA, K. R. S. Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 31 p. 145-153, out.2003.

\_\_\_\_\_; PRADO, F. R.; VIEIRA, R. B. Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula: Enem, ProUni, Reuni. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5.; 2011. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, abr. 2011.

NETTO, J. P; **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, L.C.B. A crise na América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? In: REUNIÃO ANUAL DA ANDEP, 23.; 2000. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2000.